

AMAZÔNIA

Debate sobre áreas a serem exploradas pode atrasar o zoneamento ecológico

por Sérgio Adeodato
do Rio

O pesquisador Herbert Schubart, diretor do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA) e coordenador da comissão da Secretaria de Assuntos Estratégicos que está fazendo o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia, disse ontem durante o painel "Desenvolvimento e Meio Ambiente", do Fórum Nacional, que o projeto pode atrasar, em função das divergências políticas entre o governo federal e os estados, no que se refere à determinação das áreas mais propícias à exploração econômica.

"A participação dos estados é fundamental", disse Schubart, prevendo para 1993 a conclusão do zoneamento, e não mais em junho de 1992, para apresentação na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), como estava previsto. No ano que vem, apenas a primeira fase do projeto — o diagnóstico da região elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — deverá estar concluída.

FUNDOS

A constituição de novos fundos internacionais para o financiamento de projetos ambientais do Terceiro Mundo será o "coração" da ECO-92, previu ontem o ministro Carlos Garcia, coordenador da comissão brasileira preparatória da conferência. Durante sua participação no Fórum Nacional, o ministro disse que não interessa ao governo brasileiro a criação de linhas de financiamento atreladas aos fundos atualmente existentes, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Segundo ele, a negociação desse fundo será "muito difícil", mas será o único meio de os países do Terceiro Mundo cumprirem a "carta da Terra", declaração de princípios universais que será assinada durante a ECO-92, e a "Agenda 21", plano de ação, com metas e quantificação de recursos, que deverá ser aprovado por consenso internacional na conferência.

Carlos Garcia ponderou,



Carlos Garcia

porém, que o fundo não estará formalmente constituído no dia 12 de junho do próximo ano, data de encerramento da ECO-92. "Qualquer decisão deverá ser discutida no parlamento dos países indicados para gerir os recursos", disse o ministro. Na sua opinião o Brasil precisará ser mais ágil do que hoje na apresentação de projetos para obtenção de financiamento.

Durante o Fórum Nacional, o empresário Márcio Fortes, presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, voltou a afirmar que "a comunidade internacional — principalmente o governo alemão — está frustrada com a atual falta de projetos ambientais brasileiros e por isso não liberará mais recursos".

Carlos Garcia disse que, além da negociação sobre o fundo, a discussão sobre a transferência de tecnologia para os países pobres será a conquista mais visível da ECO-92. "As duas convenções paralelas de preparação da conferência — uma sobre preservação da biodiversidade e outra sobre alterações climáticas — não entrarão em vigor com a ECO-92. Na ocasião, os resultados das convenções preparatórias, atualmente em andamento, serão apresentados em linhas gerais e, no máximo, ficarão abertos à assinatura por parte dos representantes diplomáticos. A discussão continuará nos anos seguintes até que um acordo definitivo seja assinado, com a determinação de uma data para entrar em vigor.